

Empresários culpam a elevada taxa de juros pelo aumento da inflação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

As elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos nos empréstimos para capital de giro foram o assunto dominante ontem na reunião da Comissão Empresarial de Competitividade (CEC). Os empresários atribuem ao custo do dinheiro a principal fonte de pressão inflacionária no momento: "Os juros altos estão se transformando em preços e isto atrapalha toda a nossa programação", reclamou o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Carlos Mandelli, para o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

"Não há pressão inflacionária originada no setor privado, a demanda não é exagerada, o salário médio real está mais baixo do que há 12 ou 18 meses e o desemprego é bárbaro. O que nos preocupa muito é a questão dos juros porque estávamos pagando taxa de 80% ao ano (sobre a TR), enquanto os juros reais nos outros países é de 12% a 15% ao ano", conforme colocou o presidente da Gradiente, Eugênio Staub.

por exemplo, o de alimentos. "Em três meses as margens foram recompostas, quando esperávamos que isto ocorresse em quatro ou cinco meses", adiantou ela, esperando que os supermercados tenham encerrado o processo de reposição.

virtude dos desvios e das pressões observadas na taxa de inflação.

Para ela, não há incoerência entre a taxa de inflação e as câmaras setoriais: "O que houve foi o descumprimento na exceção e isto não pode e não foi generalizado por todos os preços da economia", disse, lembrando o impacto causado também pela necessidade de correção dos preços relativos, como, por exemplo, o caso do aço, cujo preço interno estava defasado em até 50% com relação ao preço internacional, induzindo, portanto, as empresas a exportar o produto em detrimento do abastecimento interno.

A regra continua a mesma. Quem saiu fora do programado, elevando os preços acima do combinado, volta para o esquema do monitoramento. De resto, a intenção do governo é manter sob controle apenas os preços dos produtos farmacêuticos, os preços públicos e os preços de produtos típicos de monopólio ou oligopólio. Diante do aceno do próprio ministro da Economia, no sentido de antecipar a revisão das tarifas de importação, Dorothea confirmou que alguns empresários procuraram junto ao governo acelerar o programa de redução de alíquotas de importação — inicialmente previsto para ser implementado, de forma gradual, nos períodos de 1992, 1993 e 1994 —, mas outros, com o objetivo de proteger sua produção, pleiteiam o aumento da alíquota de importação. É o caso, por exemplo, do setor eletroeletrônico.

Mariani Bittencourt falou da política "anti-dumping" que o governo está disposto a implantar contra as ações de eventuais rebaixamentos de preços de produtos que são exportados para o Brasil e que exercem uma competitividade "desleal" com os produtos nacionais. Já existe no Brasil uma lei

"anti-dumping", negociada no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) mas, segundo ele, não se aplica às necessidades brasileiras. O País não tem experiência neste setor nem dispõe de escritórios de advocacia especializados em ações "anti-dumping".

"É preciso montar uma estrutura que possa identificar e comprovar a existência do "dumping" de modo a viabilizar que ações sejam tomadas internamente, como a imposição de cotas ou de taxas "ad-valorem", à semelhança do que existe nos demais países em respeito às leis de comércio internacional", avaliou Mariani. A secretária Dorothea adiantou que o governo está atento e já estuda o assunto em nível do Departamento de Comércio Exterior (Decex).

Os empresários decidiram de comum acordo, em votação, deixar de lado uma idéia levantada em reunião anterior, pela qual seriam facilitadas as importações de máquinas usadas e plantas de produção obsoletas. Eugênio Staub explicou que os empresários decidiram manter a situação atual — as máquinas velhas podem ser importadas, desde que acompanhadas de um laudo do exterior que ateste suas condições — por uma questão de coerência com a busca da modernização.

Diante das preocupações do empresário Roberto Rodrigues, que teme uma "reação débil do campo às medidas promovidas pelo governo Collor", o ministro da Economia anunciou a liberação imediata de Cr\$ 160 bilhões para o custeio agrícola aos médio e grandes produtores rurais, além de lembrar que entre 10% e 20% dos recursos do Depósito Especial Remunerado (DER) serão destinados ao setor. O governo também está agilizando o Finame rural.

"Não podemos permitir a formação de estoques"

Também o empresário Roberto Rodrigues, do Eximcoop, alertou ao ministro da Economia que a próxima safra pode ficar comprometida em função dos altos juros cobrados pelos bancos aos grandes produtores rurais.

O presidente da Cataguases-Leopoldina, Ivan Botelho, foi sucinto: "Se os juros sobem, o produto sobe", disse ele, procurando exemplificar o que acontece na cadeia de produção têxtil de sua empresa, onde cada processo de estocagem, desde a produção do algodão, passando pelo fio, o tecido, a estamparia até a venda final, incorre em juros bancários, além dos impostos e taxações. Botelho chegou a dizer que o peso dos encargos financeiros é mais alto do que o próprio custo dos insumos (ver página 17).

A estocagem de mercadoria é justamente o que o governo quer evitar com a política de juros que procura pelo menos acompanhar a inflação. Isto ficou claro na resposta que o ministro Marcílio Marques Moreira deu aos empresários, durante a reunião. "O tema é preocupante para o governo e para o Banco Central", disse ele, "mas não podemos permitir a formação de estoque e vamos levar a política monetária no limite".

Sem dúvida, a questão dos juros promete redundar no principal ponto de discussão nas próximas reuniões das câmaras setoriais de preços. Os empresários reclamam dos juros embutidos nas vendas a prazo, que na verdade são financiadas, e alegam não haver outra alternativa: "O juro é repassado instantaneamente", frisou o empresário Carlos Mariani Bittencourt, que atua no ramo da petroquímica e também no sistema financeiro, através do Banco da Bahia.

A secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, reconhece que houve uma recuperação "um pouco rápida" das margens em alguns setores, como,

A recuperação das margens dos alimentos foi "um pouco rápida"